Artigo Dossiê - Centenário de Milton Santos (2026)

O evento como proposição espacial: uma leitura semiótica de Milton Santos

The event as a spatial proposition: a semiotic reading of Milton Santos

El evento como proposición espacial: una lectura semiótica de Milton Santos

ESTEVÃO PASTORI GARBIN

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

Recebido em: 15/03/2026.
Aprovado em: 07/05/2026.
Editoras responsáveis: Mónica Arroyo, Denise Elias e Grace B. Alves

Como citar (ABNT)
GARBIN, Estevão Pastori. O evento como proposição espacial: uma leitura semiótica de Milton Santos. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 22, n. 47, e21302, 2026. DOI: 10.5418/ra2026.v22i47.21302. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/21302. Acesso em: XX mês abreviado 20XX.

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY – permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

A Revista da ANPEGE não se responsabiliza por opiniões, ideias e conceitos emitidos pelos autores dos textos, assim como por conflitos de interesse entre autores, financiadores, patrocinadores e outros eventualmente envolvidos e/ou citados nos textos. Os autores asseguram que atendem as políticas editoriais e que o artigo não viola direitos autorais e que não há plágio no trabalho, responsabilizando-se pela utilização de fotos, imagens, remissões e traduções, entre outros materiais.

RESUMO: O objetivo deste artigo é investigar em que medida o evento pode ser compreendido como uma proposição espacial, isto é, como uma forma lógica capaz de tornar inteligível a atualização concreta das relações que presidem o espaço geográfico. O estudo adota uma abordagem teórico-conceitual, baseada na análise interpretativa de conceitos centrais da Semiótica de Charles Sanders Peirce e na Teoria Social Crítica de Milton Santos, buscando explicitar convergências que permitam compreender o evento para além de sua dimensão factual. A análise indica que as categorias fenomenológicas de Peirce e sua teoria geral dos signos oferecem um referencial capaz de esclarecer a coerência lógica que articula forma, função, estrutura e processo no interior do evento por meio de uma forma lógica proposicional. Nessa perspectiva, o evento é interpretado como uma configuração na qual diferentes determinações da totalidade espacial se atualizam de modo observável, sem que sua inteligibilidade se esgote na dimensão empírica da ocorrência.

Palavras-chave: Charles Sanders Peirce; teoria dos signos; categorias geográficas.

ABSTRACT: The objective of this article is to investigate to what extent the event can be understood as a spatial proposition, that is, as a logical form capable of rendering intelligible the concrete actualization of the relations that compose geographic space. The study adopts a theoretical-conceptual approach, based on the interpretative analysis of central concepts from the Semiotics of Charles Sanders Peirce and the Critical Social Theory of Milton Santos, seeking to clarify convergences that allow the event to be understood beyond its merely factual dimension. The analysis indicates that the Peircean notion of proposition provides a framework capable of elucidating the logical coherence that articulates form, function, structure, and process within the event. From this perspective, the event is interpreted as a configuration in which different determinations of the spatial totality become observably actualized, without its intelligibility being exhausted in the empirical dimension of the occurrence.

Keywords: Charles Sanders Peirce; theory of signs; geographical categories.

RESUMEN: El objetivo de este artículo es investigar en qué medida el evento puede ser comprendido como una proposición espacial, es decir, como una forma lógica capaz de hacer inteligible la actualización concreta de las relaciones que componen el espacio geográfico. El estudio adopta un enfoque teórico-conceptual, basado en el análisis interpretativo de conceptos centrales de la Semiótica de Charles Sanders Peirce y de la Teoría Social Crítica de Milton Santos, buscando explicitar convergencias que permitan comprender el evento más allá de su dimensión meramente fáctica. El análisis indica que la noción peirceana de proposición ofrece un marco capaz de esclarecer la coherencia lógica que articula forma, función, estructura y proceso en el interior del evento. Desde esta perspectiva, el evento es interpretado como una configuración en la cual diferentes determinaciones de la totalidad espacial se actualizan de manera observable, sin que su inteligibilidad se agote en la dimensión empírica de la ocurrencia.

Palabras clave: Charles Sanders Peirce; teoría de los signos; categorías geográficas.

Introdução

O pensamento de Milton Santos (1926 – 2001) e seu esforço em construir uma Geografia Nova representaram um deslocamento decisivo na maneira como essa ciência passou a compreender o espaço geográfico. Ao longo de sua trajetória intelectual, o autor mobilizou, reformulou e rearticulou um vasto conjunto de categorias analíticas com o objetivo de interpretar as relações complexas, históricas e mutáveis que constituem o espaço. Mais do que um repertório conceitual estático, seu trabalho revela um pensamento em permanente elaboração, atento às transformações do mundo e às exigências teóricas de sua interpretação. Como bem sintetizou Moraes (2013, p. 10), Milton Santos era "um autor que revia constantemente os conceitos com que operava, e que não tinha o temor em se reformular e em redefinir seus objetos, seus objetivos, e seu quadro conceitual", sendo sua numerosa e densa produção bibliográfica testemunho desse contínuo amadurecimento intelectual. Nas palavras do próprio mestre: "nenhum método é eterno. Modifiquei o meu próprio várias vezes, em função da minha experiência e a dos outros, mas sobretudo em função de como o mundo se apresenta, já que não posso inventar o mundo: invento uma forma de interpretação, pois o mundo existe independente de mim" (Santos, 2013 [1994], p. 156).

Precisamente porque seu pensamento é vivo, surge um desafio teórico recorrente para aqueles que se aproximam da obra miltoniana: o de incorporar suas ferramentas analíticas sem reduzi-las a esquemas rígidos ou a fórmulas prontas. Se o método não é eterno, tampouco o são as categorias que o compõem. Elas existem no interior de um movimento reflexivo que acompanha as metamorfoses do próprio mundo. Desse modo, qualquer tentativa de mobilizá-las exige reconhecê-las como instrumentos de interpretação historicamente situados, cuja potência reside menos em sua fixidez conceitual do que em sua capacidade de acompanhar e iluminar a dinâmica da realidade geográfica.

É nesse contexto de permanente reformulação conceitual que emerge, na obra de Milton Santos, o esforço de articulação de suas categorias como forma, função, estrutura e processo. Sua sistematização ocorre de maneira explícita em *Espaço e Método* (1985), obra em que Milton Santos busca consolidar um instrumental analítico coerente com sua proposta de renovação crítica da Geografia. Embora vários elementos dessas categorias já estivessem presentes em trabalhos anteriores, é nesse momento que elas passam a constituir um núcleo metodológico assumido. Posteriormente, em sua obra *A Natureza do Espaço*, publicada originalmente em 1996, essas categorias são retomadas e aprofundadas, adquirindo maior densidade ontológica ao integrarem a concepção do espaço como totalidade concreta, cuja matriz passa a residir no evento.

Longe de constituírem um esquema apriorístico, tais categorias emergem da tentativa de apreender a totalidade em sua dinâmica contraditória. Sua formulação dialoga com a tradição dialética ao compreender o espaço não como mera soma de objetos, mas como síntese de relações historicamente produzidas, fonte de múltiplas determinações, que se instanciam por meio do evento. Forma e função remetem à materialidade e ao uso social dos objetos; estrutura indica o conjunto de relações que confere coerência ao sistema espacial; processo expressa o movimento temporal que reconfigura continuamente essa totalidade (Santos, 2014 [1985]). O evento, por sua vez, corresponde ao instante em que essas determinações se atualizam concretamente no espaço, isto é, à ocorrência singular pela qual processos mais amplos se realizam em um lugar e em um tempo determinados.

Nesse sentido, o evento pode ser compreendido como o ponto de convergência no qual as formas existentes são mobilizadas, as funções são exercidas, as estruturas sociais se manifestam e os processos históricos se atualizam. Ele constitui, assim, a instância em que a totalidade espacial se torna empiricamente apreensível, pois é por meio dos eventos que as possibilidades presentes no mundo se efetivam e se tornam observáveis no território. Ao situar o evento como matriz do tempo e do espaço, Milton Santos desloca a análise geográfica para o plano das ocorrências concretas nas quais a sociedade se realiza espacialmente, permitindo compreender como as determinações globais se singularizam em cada lugar e como o espaço geográfico se produz continuamente através da sucessão e da articulação desses acontecimentos.

Se o método se redefine à medida que o mundo se transforma, também as categorias analíticas não podem ser compreendidas como formas fixas. Em Milton Santos, categorias como forma, função, estrutura e processo constituem instrumentos de interpretação destinados a tornar inteligíveis diferentes dimensões da totalidade espacial. Seu valor não reside em suas definições isoladas, mas sobretudo na maneira como são mobilizadas conjuntamente na análise da realidade. Como observa Corrêa da Silva (1986), é na prática da investigação geográfica que tais categorias revelam sua potência analítica: o desafio, portanto, não consiste apenas em definir cada uma delas, mas em compreender como se articulam quando utilizadas para interpretar um evento no espaço geográfico.

É nesse ponto que se situa o problema central deste artigo: como o evento articula as categorias forma, função, estrutura e processo sem transformá-las em um esquema classificatório rígido? Parte-se do pressuposto de que essas categorias funcionam como correlatos daquilo que a Lógica denomina *proposição*. A hipótese que orienta o trabalho é que o evento, quando visualizado como proposição espacial, constitui a unidade mínima de inteligibilidade do espaço geográfico, isto é, o instante concreto em que formas existentes são mobilizadas, funções são exercidas, estruturas sociais se manifestam e processos históricos se atualizam.

Para explorar essa hipótese, o artigo propõe um diálogo com a Semiótica de Charles Sanders Peirce. A justificativa dessa aproximação é que a teoria semiótica oferece ferramentas conceituais úteis para compreender como diferentes elementos se articulam na produção de sentido. Metodologicamente, o trabalho realiza uma análise dos principais fundamentos da arquitetura filosófica peirciana, destacando onde se insere e qual o papel da Semiótica para as ciências. Em seguida, são resgatadas algumas reflexões feitas por Milton Santos sobre a categoria evento. Ao formalizar o evento sob uma estrutura proposicional, propõe-se um método de visualização da dinâmica categorial miltoniana, tornando evidente sua coerência interna e seu funcionamento lógico-analítico. O evento, assim, deixa de ser apenas objeto de descrição e passa a ser compreendido como unidade semiótica de inteligibilidade.

2 Por que buscar na Semiótica uma leitura das categorias miltonianas?

O pressuposto que orienta esta discussão é de que a Semiótica é um saber necessário para a construção do conhecimento científico e uma oportunidade para o refinamento das discussões sobre o método geográfico, pois é ela que estuda a natureza das evidências e os tipos de argumentos que subsidiam a atividade investigativa. De acordo com Santaella (2004a), há várias correntes semióticas, sendo as mais conhecidas as derivadas de Ferdinand de Saussure (1857 – 1913), que prioriza o signo linguístico e que compõe as bases do Estruturalismo; e uma segunda, adotada neste trabalho, oriunda do pensamento de Charles Sanders Peirce (1839 – 1914), cuja abrangência ultrapassa o domínio da linguagem verbal e se estende à própria lógica da investigação científica.

O sistema filosófico peirciano é amplo e complexo, pois articula, com base na Matemática, as condições do que é logicamente possível e formalmente correto, a fim de investigar o que pode ser considerado verdadeiro a partir da experiência cotidiana (EP 2, p. 259, 1903[1]). Diferentemente das correntes semióticas que consideram o signo linguístico o elemento de excelência para a construção de conhecimento, Peirce adota uma perspectiva pansemiótica, isto é, qualquer fenômeno que se apresenta à mente humana (seja um teorema matemático, um sonho ou uma paisagem) pode servir como elemento para a investigação científica e para sua consequente construção de conhecimento, desde que haja uma mente preparada para coletar e relacionar evidências (Garbin, 2020). Tanto é assim que, na perspectiva peirciana, o conceito de signo é generoso o suficiente

[1] Convenção internacional para citar a obra *The Essential Peirce*. Bloomington: Indiana University Press, v. 1-2, 1998. O número indicado após a sigla corresponde ao volume e a página da citação, seguido do ano do manuscrito catalogado.

para não se restringir a um tipo específico de linguagem, bastando que alguma coisa "sob um certo aspecto ou modo, represente algo para alguém" (CP 2.228[2]).

Em verdade, a Semiótica de Peirce não é uma ciência autossuficiente ou concorrente da Geografia na investigação da realidade: elas são complementares no empreendimento científico, que é constituído por três grandes ramos: as ciências da descoberta, as ciências da revisão e as ciências práticas (**Figura 1**). As ciências da descoberta, como o nome sugere, são responsáveis pelo descobrimento de leis ou elementos universais que serão posteriormente trabalhados pelas demais ciências, sendo decifradas e transmitidas pelas ciências da revisão e tendo sua aplicação, com fins bem delimitados, realizado pelas ciências práticas (Santaella, 1992).

As chamadas ciências da descoberta dividem-se, segundo Peirce, em três classes: a Matemática, a Filosofia e a Idioscopia (ou ciências especiais). A Matemática ocupa-se do que é logicamente possível, independentemente de sua existência factual, estabelecendo as condições formais para o raciocínio válido. A Filosofia, por sua vez, investiga aquilo que pode ser afirmado como verdadeiro a partir da experiência comum, subdividindo-se em Fenomenologia, Ciências Normativas e Metafísica. Já a Idioscopia compreende as ciências especiais que se valem de instrumentos e métodos próprios para investigar domínios específicos da realidade, como é o caso da Geografia.

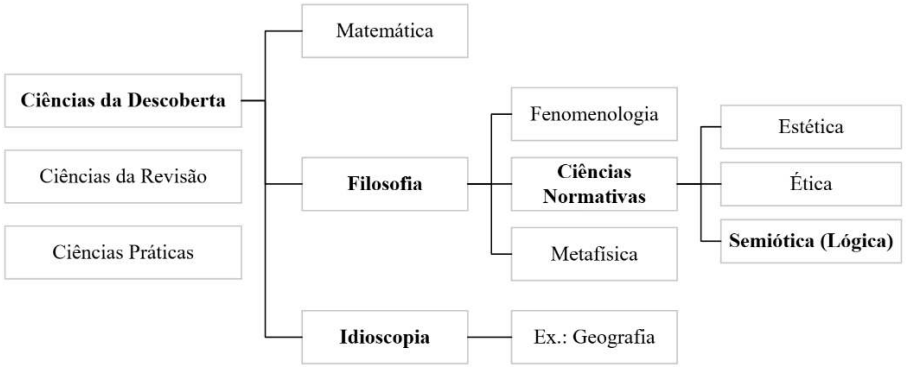


Figura 1. Diagrama simplificado das ciências de acordo com Peirce. Adaptado de Peirce (EP 2, p. 258-262, 1903) por Garbin (2026).

Essa distinção é decisiva para evitar equívocos. A Semiótica, enquanto parte das ciências normativas da Filosofia, não concorre com as ciências idioscópicas na descrição empírica do mundo. Sua função é outra: explicitar as condições lógicas da significação, da inferência e da argumentação que sustentam qualquer empreendimento científico. Em outras palavras, ela não fornece conteúdos sobre o espaço, mas instrumentos para compreender como tais conteúdos se tornam inteligíveis. A Semiótica é orientada por um ideal estético que vislumbra o crescimento da razoabilidade concreta do universo e que serve de fundamento para o empenho ético dos investigadores[3].

Na classificação das ciências proposta por Peirce, a Geografia pode ser compreendida como ciência idioscópica porque investiga um domínio específico da realidade por meio de observação empírica sistemática e usa instrumentos próprios. Diferentemente da Matemática, que examina o que é logicamente possível independentemente da existência factual, e da Filosofia, que analisa as condições gerais da experiência, a Geografia dedica-se à análise de configurações espaciais concretas, historicamente determinadas e empiricamente verificáveis. Seu trabalho depende de procedimentos técnicos (como os

[2] Convenção internacional para citar a obra *Collected Papers of Charles S. Peirce*. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1931-58. O número indicado após a sigla corresponde ao volume e a página da citação.

3 Para um esclarecimento do papel da Estética e da Ética nas ciências normativas, conferir Santaella (1994).

derivados da cartografia, do levantamento de campo, da análise estatística e laboratorial) que ampliam e especializam a observação, permitindo a produção de generalizações fundamentadas em dados positivos. Nesse sentido, ela não se debruça sobre o estudo das condições formais do pensamento, mas constrói conhecimento a partir da investigação do mundo espacialmente organizado. É precisamente por operar nesse nível empírico especializado que a Geografia se enquadra, no esquema peirciano, dentro das ciências idioscópicas.

Se a Geografia se dedica à investigação da organização espacial da sociedade, isto é, deste "conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações" (Santos, 2014 [1996], p. 21), suas categorias analíticas não podem ser reduzidas a meros rótulos descritivos, mas estruturas de inteligibilidade. Forma, função, estrutura, processo e tantas outras categorias operam como vetores de inteligibilidade por meio das quais o pesquisador organiza a experiência e produz juízos sobre ela. Em termos semióticos, esses vetores emergem quando certos signos ou sistemas de signos privilegiam determinados aspectos do objeto, estabelecendo um recorte interpretativo que guia a compreensão. Logo, o desafio da articulação e pertinência dessas categorias para o trabalho da comunidade geográfica é uma questão que deve ser articulada com a Lógica.

É precisamente nesse ponto que a Semiótica se torna relevante: ao investigar a natureza do signo, ela oferece um quadro formal para compreender como diferentes elementos se articulam na produção de sentido. Assim, buscar na Semiótica uma leitura das categorias miltonianas não significa subordinar a Geografia à Semiótica, ou mesmo afirmar que a Geografia não tenha discussões internas epistemologicamente sólidas sobre a validade e a conformidade de suas contribuições. Pelo contrário: é uma oportunidade de constatar como essas categorias miltonianas interagem sob um prisma capaz de decompor as vias de inteligibilidade do espaço geográfico.

Este empreendimento em conjugar a Semiótica peirciana e o pensamento miltoniano não é inédito, mas ainda tímido, sobretudo dentro da comunidade de geógrafos e geógrafas. Por vezes, esta interlocução é provocada por profissionais com formação inter e multidisciplinar, o que demonstra a dificuldade e a complexidade envolvida na articulação de autores como Milton Santos e C. S. Peirce: são os casos, por exemplo, das pesquisas desenvolvidas por Vieira (2014, 2019 e 2025), que estabeleceram os contatos iniciais entre esses dois pensadores, e também as pesquisas de Garbin (2020) e Garbin e Santil (2020), que propuseram uma interlocução da Semiótica para uma leitura das categorias miltonianas e seu reflexo na estruturação da informação cartográfica.

O próprio Milton Santos já constatava a dificuldade do geógrafo em sair de sua posição de isolamento: para o autor, restringir à Geografia uma discussão sobre o seu método e seu objeto de estudo é o equivalente a "esperar uma teoria mística de caminhos místicos ou uma teoria esquizofrênica da esquizofrenia" (Bunge, 1965, p. 142 *apud* Santos, 2012 [1978], p. 127). Arremata o autor: "a partir da geografia – e *exclusivamente* dela – iremos chegar a uma geografia intuicionista, mística e esquizofrênica" (Santos, 2012 [1978], p. 127, destaque nosso).

Vejamos como viabilizar este diálogo.

3 Os percursos metodológicos de uma abordagem semiótica

A Semiótica é uma ciência formal, ou seja, suas contribuições são elaboradas para caracterizar as normas do bom pensamento. Isso não significa, todavia, que uma ciência idioscópica como a Geografia não possa se apropriar do seu repertório para analisar se as conjecturas e argumentos construídos apresentam validade. Por esta razão, Peirce não elaborou um percurso metodológico explícito para a aplicação de sua Semiótica, mas definiu as regras lógico-formais que subsidiam o desenvolvimento dos signos: incorporar estes princípios de forma arguta à Geografia é um desafio que envolve a conjugação de alguns pressupostos entre ambas as ciências. Algo semelhante pode ser observado no pensamento de Milton Santos, que também recusava a ideia de um método reduzido a receitas ou esquemas fixos. Assim como em Peirce, seu método se apresenta

menos como um procedimento previamente codificado e mais como uma orientação intelectual que exige do pesquisador maturidade teórica para mobilizar suas categorias sem sufocar a complexidade dos fenômenos.

Os pressupostos básicos da arquitetura filosófica que Peirce denominou pragmatismo foram apresentados e refinados pelo autor ao longo de sua trajetória, no qual são sintetizados e ampliados nas próximas linhas.

3.1 A trama fenomenológica da experiência

Em contraste com a tradição cartesiana, que postula uma separação radical entre os domínios interno e externo da experiência humana e admite a intuição como uma forma de cognição não determinada por raciocínio prévio (EP 1, p. 28, 1868; Santaella, 2004b), Charles Sanders Peirce fundamenta seu pragmatismo na tese de que não há pensamento sem signos. Nessa perspectiva, os fenômenos que se manifestam no universo — sejam eles de ordem física ou psíquica — encontram-se vinculados por uma complexa rede de mediações sígnicas que atravessa e conecta a experiência.

O signo, para Peirce, não é um tipo especial de elemento, mas uma relação que fundamenta e preside os fenômenos. Um fenômeno (ou *pháneron*), é tudo aquilo que se apresenta à mente: no caso dos seres humanos, qualquer estímulo captado pelos órgãos sensoriais, sonhos, impressões difusas ou teoremas matemáticos com elevado grau de sofisticação entram nesse generoso sentido de fenômeno ao qual Peirce se referia. Diante dessa grande envergadura de possibilidades fenomênicas, o autor se propôs a desenvolver uma quase-ciência chamada Fenomenologia que tinha um desafio bastante simples, mas profundamente ousado: catalogar os fenômenos em seus traços mais indecomponíveis, justamente para tornar a sua análise sensível o suficiente para respeitar as especificidades dos signos que os agentes humanos mobilizam para a produção de conhecimento.

De acordo com Salatiel (2006, p. 84), Peirce empregou um método denominado *prescission* (no sentido de 'prescindir') para encontrá-las, que consiste em se atentar para uma determinada característica do percepto deixando as demais imprecisas, com uma regra que sugere hierarquia. O argumento de Peirce é de que "o leitor perceba certos fenômenos que estão aí no aberto de sua experiência e extraia deles algumas generalizações" (Santaella, 2016, p. 121).

Diferentemente das categorias particulares, as categorias fenomenológicas formuladas por Peirce possuem caráter universal e não são mutuamente excludentes. Isso significa que podem ser compreendidas como pertencentes "a todo fenômeno, talvez uma mais proeminente que a outra num aspecto do fenômeno, mas todas pertencendo a qualquer fenômeno" (Peirce, 1980, p. 17). Essas categorias são denominadas primeiridade, secundidade e terceiridade, sendo hierarquicamente inclusivas: a terceiridade incorpora a secundidade, mas a secundidade prescinde da terceiridade; a secundidade incorpora a primeiridade, mas a primeiridade prescinde a secundidade (**Figura 2**).

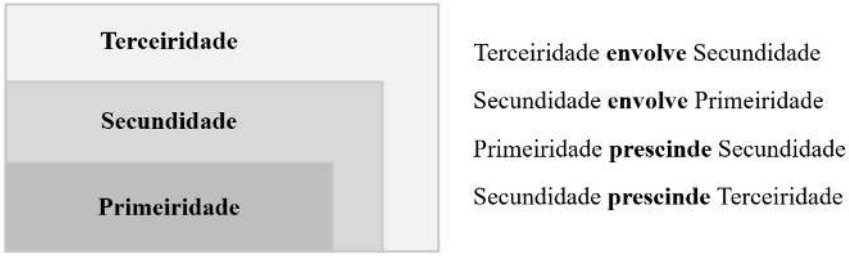


Figura 2. Relações hierárquicas inclusivas das categorias fenomenológicas. Fonte: Garbin (2026).

A primeiridade abrange os fenômenos tal como se apresentam no presente imediato, sem referência ao passado ou ao futuro. Trata-se do domínio dos fenômenos primeiros, que não requerem relação com um segundo ou terceiro termo e se caracterizam pela originalidade. Seus traços dominantes não envolvem comparação, relação, controle ou mudança. Por essa razão, essa categoria não inclui a ação, uma vez que agir pressupõe uma relação binária entre o agente e o agido; tampouco

contempla a unidade, pois a ideia de unidade implica um recorte da pluralidade; nem mesmo admite um "grau de nitidez deste sentir", já que isso exigiria algum tipo de comparação (Peirce, 2012, p. 85). A originalidade é o traço marcante dos fenômenos dessa categoria, que consiste em "ser tal como aquele ser é, independentemente de qualquer outra coisa" (Peirce, 2012, p. 24).

A secundidade, por sua vez, corresponde à categoria que reúne os fenômenos associados ao conflito, à surpresa, ao esforço e à resistência, bem como às relações de ação e reação que se manifestam no tempo e no espaço, incluindo a dúvida e as relações diádicas (Santaella, 1995). Ela compreende os fenômenos que se impõem à nossa existência e que, de algum modo, 'concretizam' uma qualidade. Trata-se da relação entre um primeiro termo (o ego) e um segundo (o não-ego). Existir, nesse sentido, é reagir; por isso, a secundidade engloba os casos singulares de existência e de ação. Um evento constitui um exemplo típico dessa categoria, pois, ao ocorrer, adquire existência e passa a interagir com outros elementos que também exercem força e resistência entre si.

A terceiridade, por fim, refere-se às ideias de generalidade, continuidade, crescimento e inteligência. Essa categoria manifesta-se na síntese intelectual que estabelece uma mediação entre um primeiro e um segundo elemento por meio de um terceiro. Segundo Peirce (1980, p. 93), a forma mais simples de compreender a terceiridade é por meio da noção de signo, já que o signo representa algo para uma ideia que ele suscita imperfeitamente ou a modifica, configurando uma relação triádica.

O primeiro contato com a Fenomenologia peirciana e com o seu grau elevado de abstração no que se refere à primeiridade, secundidade e terceiridade costuma despertar no leitor uma sensação de dúvida sobre a sua importância na estruturação do pensamento peirciano, ou mesmo da pertinência de conjugá-las com a Geografia. É válido notar que o próprio Peirce colocou em xeque a sua diminuta lista de categorias por várias décadas de sua vida: o que o fez aceitá-la foram as suas recorrências nas observações de fenômenos nos mais variados campos da ciência, como a Matemática, a Geodésia, a Psicologia, a Lógica, dentre outros.

Para a Semiótica, as três categorias fenomenológicas são fundamentais porque constituem as condições mais gerais sob as quais qualquer fenômeno pode aparecer à mente para, em seguida, estudar os seus modos de combinação. A Semiótica, enquanto ciência dos signos, não poderia ser construída sem antes estabelecer essas formas universais de manifestação da experiência, pois todo signo é um fenômeno. Assim, esta Fenomenologia fornece os fundamentos ontológico e lógico que tornam possível compreender como os signos existem e operam.

Para a Geografia, e mais especificamente para a Teoria Social Crítica de Milton Santos, o princípio das categorias fenomenológicas se manifestam de maneira bastante evidente, mesmo que não haja uma menção explícita do geógrafo à contribuição de C. S. Peirce, o que é um sintoma da veracidade e universalidade da fenomenologia peirciana. Essas interlocuções foram objeto de estudo das pesquisas de Vieira (2014 e 2019), que ressaltaram:

> Em nossa avaliação, o que distingue Milton Santos em seu processo de teorização é a forma qualitativa com que as Categorias peirceanas afloram em seu pensamento, qualificando-o como um pensador em seu tempo. Sabemos que tais categorias são onipresentes nos fenômenos, inter-relacionadas e inseparáveis, mas há momentos em que determinada Categoria se evidencia e toma conta do fenômeno. São esses momentos qualitativos que pretendemos identificar, por ora, para analisar o pensamento de Milton Santos. E aqui entra a complexidade do pensamento desse geógrafo: seu pensamento estava aberto à Primeiridade, em emoção, exemplificada pela entrada do novo na elaboração de novas hipóteses; estava aberto à Secundidade, exemplificada pela força com que a atualidade do Mundo se impôs a sua teorização e da qual nunca se afastou; estava aberto, também, à Terceiridade, na Razão que guiou sua busca pela inteligibilidade do Espaço. Uma Terceiridade marcada pelo estabelecimento de novas associações entre conceitos, vistos, não como coisas em si, mas valorados nas relações que encerram (Vieira, 2014, p. 32-33).

Se as categorias fenomenológicas descrevem as condições mais gerais sob as quais qualquer fenômeno pode aparecer à mente, é precisamente sobre essa base que Peirce edifica a sua teoria dos signos. A Semiótica não surge, portanto, como um domínio independente da Fenomenologia, mas como seu desdobramento lógico e necessário: trata-se de investigar de que modo os fenômenos, uma vez dados na experiência, passam a funcionar como mediadores de sentido. Vejamos como essa mediação é formalizada.

3.2 A vacante estrutura triádica do signo

As definições de signo que Peirce apresentou ao longo de sua vida foram diversas, sendo mais ou menos sofisticadas a depender do contexto em que eram enunciadas e ao grau de maturidade de seus interlocutores presumidos (Santaella, 1995): a mais conhecida, sem dúvida, é a de que um signo "é aquilo que, sob um certo aspecto ou modo, representa algo para alguém" (CP 2.228). Porém, esta definição pode sugerir erroneamente ao leitor que a ação do signo, isto é, sua semiose, está direcionada necessariamente a uma pessoa. Para tanto, recorramos a uma segunda definição de signo proposta por Peirce, mais analítica, em que ele considera o signo como uma relação triádica entre três elementos: um *representamen*, um *objeto* e um *interpretante*. Segundo Peirce,

> O REPRESENTAMEN é um sujeito de uma relação triádica DE um segundo, chamado de OBJETO, PARA um terceiro, denominado de INTERPRETANTE, sendo esta relação triádica de tal forma que o REPRESENTAMEN determina que o interpretante esteja em uma mesma relação triádica com o mesmo objeto para algum interpretante (CP 1.541, tradução livre[4]).

Representamen é o termo técnico para o primeiro correlato da relação triádica que define o signo: é triádica porque não pode ser genuinamente reduzida a relações duais (*representamen – objeto*, *objeto – interpretante*, *representamen – interpretante*), conforme ilustra a **Figura 3** (**A** e **B**). É por meio do *representamen* que o signo se torna acessível, funcionando como o meio pelo qual algo do mundo é comunicado à mente, seja por meio de uma qualidade (primeiridade), de um existente (secundidade) ou de uma representação (terceiridade). Frisa-se que a natureza fenomenológica do *representamen* é um fator que limita ou potencializa os efeitos que o signo pode desencadear, conforme será explicitado no tópico subsequente. Aquilo que o *representamen* apresenta ou evoca corresponde ao *objeto*, o segundo correlato da relação sígnica, enquanto o *interpretante* designa o efeito produzido pelo signo, constituindo seu terceiro correlato.

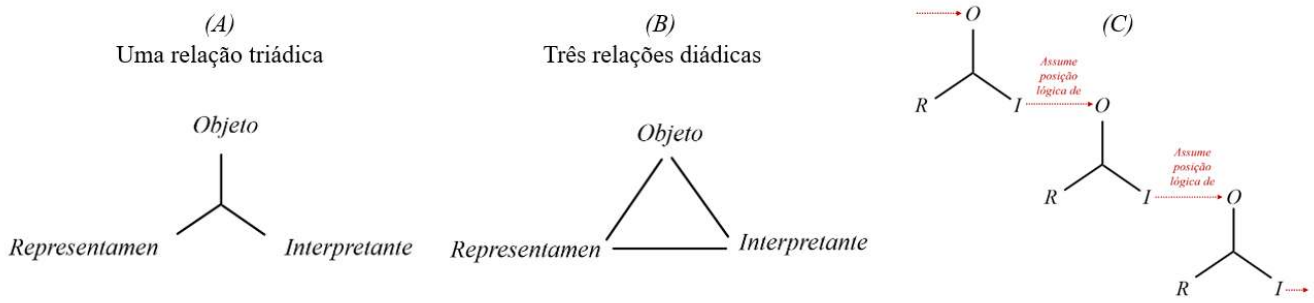


Figura 3. Distinções gráficas entre relações triádica (A) e diádica (B) na estrutura do signo. Representação da semiose e vacância lógica dos elementos do signo (C). Fonte: Garbin (2026).

Segundo Merrell (2012), o *interpretante* é aquilo que confere orientação e sentido ao signo (**Figura 3 – C**). Entretanto, ao surgir no processo interpretativo, ele próprio passa a operar como um novo signo, cuja compreensão depende da relação de uma mente com o signo anterior e com o *objeto* ao qual este se refere. O *interpretante*, portanto, não deve ser entendido estritamente como uma pessoa ou um sujeito antropomórfico, mas como um agente que participa de uma cadeia interpretativa agenciada por uma mente. Nesse movimento, o signo precedente pode inclusive ser tomado como *objeto* de um novo signo (ainda que levemente modificado), produzindo um novo *interpretante* e assim sucessivamente. O processo semiótico apresenta, desse modo, uma continuidade dinâmica em que cada momento pode agenciar novas interpretações ligeiramente

[4] A REPRESENTAMEN is a subject of a triadic relation TO a second, called its OBJECT, FOR a third, called its INTERPRETANT, this triadic relation being such that the REPRESENTAMEN determines its interpretant to stand in the same triadic relation to the same object for some interpretant.

mais evoluídas ou degeneradas das anteriores. Convém notar que tanto o *objeto* quanto o *interpretante* possuem igualmente natureza representacional, de modo que cada um pode sustentar novas relações triádicas: esse encadeamento evidencia o caráter potencialmente ilimitado do processo de semiose, no qual signos atuais podem gerar novos signos em uma sequência *n*-dimensional.

O ponto central dessa formulação reside no fato de que as funções desempenhadas pelos componentes do signo não são fixas e não são restritas a uma pessoa: no curso da semiose, tais posições lógicas podem ser ocupadas por diferentes elementos conforme o desenvolvimento do processo interpretativo, inclusive com um conjunto de indivíduos, instituições ou lugares. Tome-se como exemplo a evolução do meio técnico no território brasileiro: nesse caso, a instalação de uma antena de radiodifusão em uma cidade média pode inicialmente ser interpretada apenas como um equipamento técnico destinado à transmissão de sinais. Nesse primeiro momento, o *interpretante* produzido corresponde à ampliação das possibilidades de comunicação e circulação de informações no território. Contudo, à medida que esse novo meio técnico se integra às práticas sociais, ele pode desencadear novos *interpretantes*: o fortalecimento de redes regionais de informação, a emergência de novos circuitos econômicos vinculados à publicidade e ao entretenimento ou mesmo a redefinição da centralidade urbana da localidade que abriga a infraestrutura. Nesse estágio, os 'efeitos' produzidos pelo signo inicial passam a constituir novos *objetos* para *interpretantes* subsequentes (**Figura 3 – C**), permitindo que a antena seja compreendida não apenas como um artefato técnico isolado, mas como um elemento integrante de um sistema semioticamente mais amplo de relações espaciais. Assim, aquilo que inicialmente operava como *interpretante* de um primeiro signo pode tornar-se o *objeto* de signos mais complexos, evidenciando a continuidade e a expansão da semiose no/do uso do território e dos lugares.

O desenvolvimento desse interpretante depende, em grande medida, do repertório cognitivo e espacial mobilizado na semiose. Ainda no exemplo anterior, a presença de uma antena de radiodifusão no território não produz necessariamente os mesmos efeitos em todas as situações: daí manifesta-se a primeiridade no espaço, livrando homens e mulheres da reificação e do determinismo da História (Vieira, 2014, p. 19). Em alguns contextos, um objeto técnico pode ser percebido apenas como mais um elemento da paisagem; em outros, pode ser apropriada como infraestrutura estratégica capaz de ampliar fluxos de informação, integrar a localidade a redes mais amplas de comunicação ou permitir a comunicação e solidariedade de grupos socialmente excluídos. Nesse sentido, a semiose não precisa ser restrita à consciência individual de um observador, podendo ser compreendida também no plano das práticas sociais que se organizam no e a partir do território. Aquilo que orienta essas interpretações possíveis corresponde ao que Charles Sanders Peirce denomina *experiência colateral*, isto é, o conjunto de conhecimentos, hábitos e vivências que tornam possível reconhecer o *objeto* ao qual o signo se refere, bem como desenvolver *interpretantes* progressivamente mais complexos a partir dele.

Ao reconhecer que nenhum signo é capaz de representar integralmente seu objeto, Peirce distingue duas dimensões do *objeto*: o *objeto imediato* e o *objeto dinâmico*. O *objeto imediato* corresponde ao aspecto do *objeto* que o signo efetivamente consegue apresentar, isto é, àquilo que se encontra dentro da própria estrutura do signo. Embora esse aspecto possua um caráter objetivo, isso não significa que seja acessível de maneira idêntica a todos os intérpretes, pois sua apreensão depende, entre outros fatores, da experiência colateral de quem ou do que o agencia. Já o *objeto dinâmico* refere-se à totalidade das características do objeto real, que ultrapassa aquilo que qualquer signo específico pode representar.

No exemplo da antena de radiodifusão, o *objeto imediato* pode ser compreendido como o conjunto de características que o próprio signo permite apreender objetivamente: uma imagem cartográfica, um registro fotográfico ou mesmo a observação direta da infraestrutura técnica permite reconhecer sua localização, sua materialidade e sua função básica de transmissão de sinais. Essas propriedades constituem o modo pelo qual o *objeto* se apresenta no signo, delimitando aquilo que pode ser imediatamente interpretado a partir dele. Contudo, esse recorte não esgota a realidade do objeto. A antena pode fazer parte de uma rede técnica mais ampla: depende de sistemas energéticos e regulatórios, integra circuitos econômicos da comunicação e

produz efeitos na organização dos fluxos informacionais e na centralidade urbana da localidade em que se instala. Esse conjunto mais amplo de determinações corresponde ao *objeto dinâmico*, isto é, à totalidade das características do objeto real que ultrapassa aquilo que o signo é capaz de representar em um dado momento da semiose.

É justamente nessa distância entre o que o signo é capaz de mostrar e a complexidade do *objeto dinâmico* que se situa o esforço analítico da Geografia. Na perspectiva de Milton Santos, a compreensão do território usado exige ultrapassar a aparência imediata dos objetos técnicos para situá-los no interior de sistemas mais amplos de relações. Assim, a antena de radiodifusão não pode ser compreendida apenas como um artefato isolado da paisagem, mas como parte constitutiva de um meio técnico-científico-informacional, no qual técnicas, normas, fluxos e usos do território se articulam. Desse modo, a análise geográfica consiste em produzir signos mais complexos, capazes de ampliar aquilo que inicialmente aparece no *objeto imediato*, aproximando-o das determinações mais amplas do *objeto dinâmico*. Nesse movimento, categorias como forma, função, estrutura e processo permitem situar o objeto técnico dentro da totalidade das relações espaciais que lhe conferem sentido, revelando dimensões dos usos do território que não se apresentam de maneira imediata à observação.

Para o pensamento miltoniano, a relação que articula triadicamente o *representamen*, o *objeto* e o *interpretante* impacta no modo como o acesso à realidade é compreendido. Ela ajuda a explicar o porquê de os recortes analíticos do espaço geográfico não poderem perder de vista sua posição em relação ao todo, isto é, em seu momento dentro da totalidade. Para Santos (2014 [1985], p. 115), essa ideia implica que "todas as coisas presentes no universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes", sendo a totalidade a responsável por explicar as partes e não o inverso: semioticamente, o geógrafo está indicando o papel do *objeto dinâmico* na determinação dos signos empreendidos na investigação geográfica.

> O movimento que estamos tentando explicitar nos leva a admitir que o espaço total, que escapa à nossa apreensão empírica e vem no nosso espírito sobretudo como conceito, é que constitui o real, enquanto as frações do espaço, que nos parecem tanto mais concretas quanto menores, é que constituem o abstrato, na medida em que o seu valor sistêmico não está na coisa tal como a vemos, mas no seu valor relativo dentro de um sistema mais amplo (Santos, 2014 [1985], p. 31).

Traduzido em termos peircianos, pode-se dizer que aquilo que se apresenta empiricamente — isto é, no plano da secundidade, como as próteses territoriais (estradas, antenas ou edificações) — corresponde aos objetos imediatos por meio dos quais os signos tornam o território apreensível. Esses elementos, embora concretos na experiência, não esgotam a realidade espacial, mas funcionam como mediações parciais que nos permitem acessá-la sob determinadas condições. Entretanto, a realidade efetiva do espaço — que em Santos aparece como totalidade — aproxima-se do *objeto dinâmico,* que determina essas representações. O sentido dessas partes não reside nelas mesmas, mas nas relações gerais que as integram em um sistema espacial mais amplo, isto é, nas mediações de *terceiridade* que estruturam a semiose do território.

É justamente o fundamento lógico dessas mediações, que funcionam como vetores de sentido aos elementos que compõem o espaço geográfico, que é do interesse analítico da Semiótica, mais precisamente do seu primeiro ramo, a gramática pura. Vejamos como suas contribuições permitem compreender o funcionamento das categorias miltonianas.

3.3 Em busca de uma estrutura semiótica do pensamento

Nos tópicos anteriores, demonstrou-se como a universalidade das categorias fenomenológicas permite integrar qualquer tipo de fenômeno ao processo investigativo, respeitando suas especificidades enquanto qualidades originais e livres de qualquer controle (primeiridade), reações frente as ações de outros fenômenos (secundidade) e tendências ou hábitos que se desenvolvem no tempo por meio daquilo que corriqueiramente denominamos representações (terceiridade). Os elementos que compõem o signo (representamen, objeto e interpretante) permitem visualizar como os diferentes fenômenos são agenciados nesta relação triádica. Para além dos elementos básicos que são constituintes de todos os signos, uma outra questão que se

coloca à gramática pura é de como esses elementos que compõem o signo permitem o agenciamento desta multitude de sentidos: a resposta reside no estudo das *tricotomias*.

Como afirma Queiroz (2004, p. 83), uma tricotomia define "os modos como o signo se constitui, ou como pode ser observado". Em outras palavras, trata-se de um procedimento classificatório por meio do qual Peirce analisa os diferentes aspectos sob os quais um signo formalmente pode funcionar. Como todo signo envolve uma relação triádica entre representamen, objeto e interpretante, cada um desses correlatos pode ser examinado à luz das categorias fenomenológicas da primeiridade, secundidade e terceiridade em relação a um elemento da semiose.

As três tricotomias mais discutidas por Peirce se referem aos (1) *modos de ser do signo em si mesmo*, (2) *às relações do signo em relação ao seu objeto* e (3) *às relações do signo em relação ao seu interpretante* (**Quadro 1**). As combinações das tricotomias originam *classes* de signos: enquanto as tricotomias funcionam como princípios analíticos que estruturam o sistema classificatório da Semiótica, as classes de signos correspondem às configurações concretas que emergem da combinação desses critérios, permitindo descrever de maneira mais precisa as diferentes formas pelas quais uma semiose se realiza. Para fins de apresentação das relações presumidas desses elementos, utilizamos exemplos relacionados ao conceito de evento no **Quadro 2**.

Quadro 1. As três principais tricotomias do signo discutidas por Peirce.

	1 *Modo de ser do signo*	*2* *Relação signo e objeto dinâmico*	*3* *Relação signo e interpretante*
Primeiridade	Qualissigno (1)	Ícone (1)	Rema (1)
Secundidade	Sinsigno (2)	Índice (2)	Dicente (Proposição) (2)
Terceiridade	Legissino (3)	Símbolo (3)	Argumento (3)

Fonte: Adaptado de Santaella (1995) por Garbin (2026).

Quadro 2. Definições e exemplos dos conceitos presentes nas tricotomias relacionados ao conceito de evento.

Conceito	**Definição**	**Exemplo**
Qualissigno	Qualidade que funciona como signo.	A *sensação* de intensa movimentação e luminosidade associada à inauguração noturna de um grande terminal urbano, sugerindo dinamismo e centralidade.
Sinsigno	Coisa ou evento real que é signo. Envolve qualissignos.	A *inauguração* de um novo aeroporto regional, evento concreto que altera fluxos de pessoas e mercadorias.
Legissigno	Leis que orientam semioses. Se manifestam em sinsignos.	A *lógica* da expansão das redes de transporte aéreo, que leva cidades intermediárias a receber novos aeroportos.
Ícone	Qualidade compartilhada entre o signo e seu objeto dinâmico.	Mapa das rotas aéreas após a inauguração do aeroporto, cuja forma espacial *se assemelha* a nova rede de conexões territoriais.
Índice	Conexão real entre signo e seu objeto dinâmico.	*Aumento imediato* do fluxo de táxis e ônibus no entorno do aeroporto, indicando a ocorrência do evento e seus efeitos territoriais.
Símbolo	Associação entre signos estabelecida por força de lei ou hábito de pensamento.	A *associação do* evento *como* parte da integração da cidade *ao* meio técnico-científico-informacional.
Rema	Signo que desencadeia uma possibilidade qualitativa.	A expressão "novo polo logístico regional" associada ao aeroporto recém-inaugurado.
Dicente	Signo que desencadeia uma existência, como uma proposição.	A *declaração/ocorrência* de que "a inauguração do aeroporto ampliou a conectividade regional da cidade."
Argumento	Signo que articula dois ou mais signos dicentes (proposições).	O *raciocínio* "se a conectividade aérea aumenta fluxos econômicos e a cidade ganhou um aeroporto, então sua posição na rede urbana tende a se fortalecer."

Fonte: Garbin (2026).

A progressão implícita mostra algo importante: o evento aparece primeiro como qualidade percebida (com traços predominantes da primeiridade – qualissigno, ícone e rema), depois como fato espacial (ocorrência da secundidade – sinsigno, índice e dicente), e finalmente como interpretação sistemática do funcionamento do território (como terceiridade – legissigno, símbolo e argumento). Isso demonstra a passagem da primeiridade à terceiridade na semiose. Mas, como estes nove tipos de signos se articulam?

Considerando a propriedade de que as categorias fenomenológicas são hierarquicamente inclusivas, Queiroz (2004) propôs a sistematização das formas lógicas possíveis de conjugar os tipos de signos descritos no **Quadro 2** por meio de uma matriz gráfica. De forma geral, as tricotomias presentes no **Quadro 1** podem ser conjugadas para a formação de 10 classes de signos, considerando que a predominância fenomenológica de um dos correlatos do signo pode suportar apenas a instanciação em uma categoria inferior, ou seja, terceiridades contemplam terceiridades, secundidades e primeiridades, secundidades suportam secundidades e primeiridades. Primeiridades suportam apenas outras primeiridades. A **Figura 4** ilustra essas combinações e o **Quadro 3** as exemplificam.

Como afirmado no início desta terceira seção, uma das diferenças mais radicais entre o pensamento de Charles Sanders Peirce e o de René Descartes reside no fato de que este último admitia a possibilidade de uma cognição intuitiva não determinada por raciocínios prévios, ao passo que Peirce sustenta que nenhum pensamento ou semiose ocorre fora de uma teia contínua de signos. Em termos práticos, isso significa que todo pensamento que formulamos ou todo processo que é desencadeado se apoiam em pensamentos ou processos anteriores e serão, por sua vez, interpretados e terem desdobramentos em pensamentos subsequentes, independentemente de termos consciência ou memória da cadeia de semioses que os sustentam. Como os signos não podem surgir fora dessa trama nem ser dela isolados, cada signo se encontra necessariamente em relação com outros signos. No que se refere às classes de signos, Queiroz (2004) chama atenção para dois tipos fundamentais de relação que ajudam a explicar como esses signos se entrelaçam: a relação de instanciação e a relação de envolvimento.

Uma relação de instanciação diz respeito ao fato de que um signo concreto pode se constituir como uma ocorrência particular de uma classe mais geral de signos. Assim, cada signo que encontramos na experiência (uma palavra pronunciada, um mapa específico ou um evento) atualiza ‘uma’ regra ou tipo mais amplo do qual é instância. Já a relação de envolvimento refere-se às conexões estruturais entre diferentes classes de signos, indicando que certos modos de funcionamento sígnico implicam ou pressupõem outros. Em outras palavras, algumas classes de signos incluem propriedades que necessariamente envolvem outras classes, revelando a organização hierárquica e relacional do sistema semiótico[5] (**Figura 5**).

[5]O artigo não tem a pretensão de esgotar a complexidade da teoria semiótica de Charles Sanders Peirce, apenas indicar os elementos formais mínimos que permitem compreender como os signos podem ser analisados em suas relações. Para uma exposição mais pormenorizada no âmbito da Semiótica, conferir Queiroz (2004).

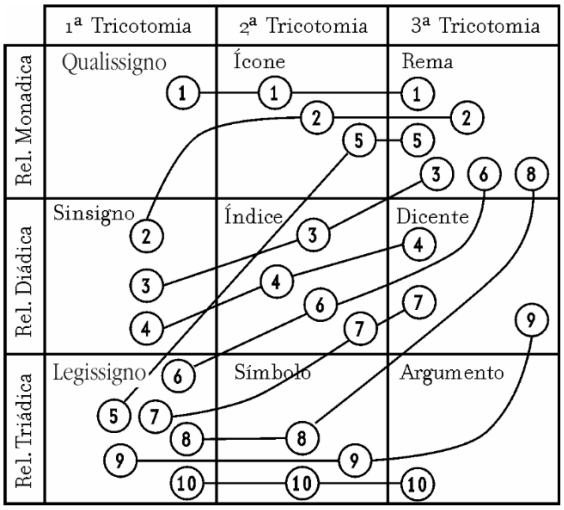


Figura 4. Combinações possíveis entre as tricotomias para a formulação de classes de signo. Fonte: Adaptado de Queiroz (2004, p. 89) por Garbin (2026).

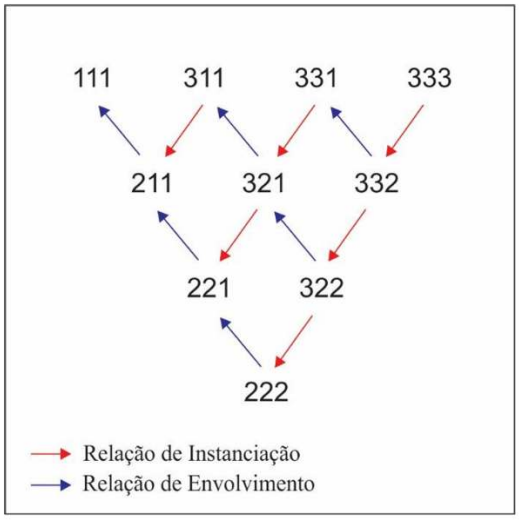


Figura 5. Relações de instanciação e envolvimento das classes de signo. Fonte: Adaptado de Queiroz (2004, p. 117) por Garbin (2026).

Quadro 3. As dez classes de signos e suas definições.

Classe			Definição
Repesentamen	**Objeto**	**Interpretante**	
1. Qualissigno	1. Icônico	1. Remático	Qualidade (primeiridade) que é signo por sugerir algum atributo.
2. Sinsigno	1. Icônico	1. Remático	Existente (secundidade) que é signo e que sugere uma qualidade.
2. Sinsigno	2. Indicial	1. Remático	Existente que liga o signo ao objeto por uma qualidade.
2. Sinsigno	2. Indicial	2. Dicente	Existente que está ligado ao objeto por uma conexão real.
3. Legissigno	1. Icônico	1. Remático	Lei (terceiridade) que sugere uma qualidade compartilhada com o objeto.
3. Legissigno	2. Indicial	1. Remático	Lei que está para seu objeto como ocorrência por meio de uma possibilidade.
3. Legissigno	2. Indicial	2. Dicente	Lei que está para seu objeto como signo por meio de uma conexão real.
3. Legissigno	3. Símbólico	1. Remático	Lei que está para seu objeto de mesma natureza por meio de uma qualidade.
3. Legissigno	3. Símbólico	2. Dicente	Lei que está para seu objeto de mesma natureza por meio de um existente.
3. Legissigno	3. Símbólico	3. Argumentativo	Lei que está para seu objeto de mesma natureza por meio de um hábito.

Elaborado por Garbin (2026) a partir de Peirce (2012).

O termo “instância” ganha especial densidade quando articulado ao pensamento de Milton Santos, para quem o espaço geográfico constitui uma instância da sociedade (Santos, 2012 [1978], p. 177-190). Nesse contexto, “instância” não designa um simples produto, mas um *modo de efetivação concreta* das relações sociais. Em termos peircianos, essa formulação pode ser compreendida como uma relação de instanciação: o espaço, tal como se apresenta empiricamente (nas formas, objetos e arranjos territoriais) configura-se como ocorrência particular de uma generalidade social mais ampla, isto é, como atualização de leis, normas, técnicas, infraestruturas e demais relações que o excedem. Contudo, essa instanciação não se dá de maneira isolada: enquanto signo, o espaço encontra-se necessariamente *envolvido* em uma rede de determinações, na qual diferentes classes de signos são agenciadas. Assim, as formas espaciais não apenas instanciam relações sociais, mas também envolvem

modos de significação ancorados em práticas historicamente sedimentadas, que orientam e, ao mesmo tempo, limitam as possibilidades de ação. Nesse sentido, o espaço, em sua dimensão prático-inerte, não se reduz a um suporte passivo da semiose, mas atua como substância ativa que condiciona a produção e a circulação dos signos, evidenciando que sua inteligibilidade emerge no interior de uma semiose contínua, situada e constrangida pelas formas herdadas.

As tricotomias e as classes de signos oferecem, nesse sentido, um repertório lógico para examinar os diferentes modos de funcionamento da semiose, bem como as formas lógicas pelas quais os signos se articulam em cadeias interpretativas. Mais do que constituir um sistema classificatório fechado, essa arquitetura semiótica fornece princípios gerais para investigar como qualidades, ocorrências e regularidades se combinam na produção de sentido. É justamente essa possibilidade de examinar formalmente as articulações entre qualidades, existentes e leis que torna a semiótica um instrumento promissor para o estudo das maneiras pelas quais o espaço é pensado e interpretado. A partir dessas considerações, torna-se possível deslocar a discussão do plano lógico-formal para um campo analítico mais concreto, examinando como tais princípios podem iluminar a compreensão metodológica em Milton Santos.

4 O evento e a questão da continuidade

Milton Santos dedica um capítulo inteiro de sua obra *A Natureza do Espaço* para discutir o papel do evento enquanto categoria analítica da Geografia (Santos, 2014 [1996], cap. VI). Para o autor, embora o vocábulo seja comum nas discussões de variados filósofos (como Henri Lefebvre, Gaston Bachelard, Alfred North Whitehead e outros), seus sentidos podem variar a depender de como são agenciados dentro de seus sistemas de ideias. Para a Geografia, tais sentidos podem ser conjugados na formulação de uma categoria analítica.

Para Milton Santos, o evento pode ser entendido, em sentido geral, como a ocorrência singular de uma ação no tempo e no espaço, por meio da qual os processos sociais se realizam concretamente no território. Para o autor, "se consideramos o mundo como um conjunto de *possibilidades*, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades *existentes* no mundo" (Santos, 2014 [1996], p. 144, grifos nosso), isto é, é a própria ação de instanciação da Semiótica. As possibilidades que um evento veicula no mundo podem estar subordinadas à própria intencionalidade das ações humanas, mas também podem surpreender seus proponentes e alcançarem alguma vida, pois uma vez desencadeado, o evento não se esgota na intenção que o originou e passa a interagir com o conjunto de objetos e ações que compõem o espaço geográfico: é neste ponto que o lugar adquire centralidade na reflexão de Milton Santos. Como depositário final do evento, o lugar não atua como um mero cenário passivo onde as ações se desenrolam; ele participa ativamente da conformação de seus resultados. Cada lugar reúne uma combinação singular de formas materiais, infraestruturas técnicas, normas, práticas sociais e heranças históricas que condicionam a maneira pela qual um evento se realiza e se desdobra no tempo.

> Se o espaço organizado é também uma forma, um resultado objetivo da interação de múltiplas variáveis através da história, sua inércia é, pode-se dizer, dinâmica. Por inércia dinâmica queremos significar que as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos. A estrutura espacial não é passiva, mas ativa, embora sua autonomia seja relativa, como acontece às demais estruturas sociais (Santos, 2012 [1978], p. 185).

A noção de inércia dinâmica proposta por Milton Santos e inspirada em Jean-Paul Sartre permite estabelecer uma aproximação fecunda com as relações de instanciação e envolvimento no sistema semiótico peirciano. Se, por um lado, o evento pode ser compreendido como instanciação de possibilidades — isto é, como atualização concreta de virtualidades no tempo e no espaço —, por outro, sua realização encontra-se necessariamente envolvida por uma estrutura espacial previamente constituída. Essa estrutura, longe de ser passiva, opera como um conjunto de mediações historicamente sedimentadas que condicionam os encadeamentos sígnicos possíveis. Desse modo, a inércia do espaço pode ser interpretada como expressão de uma espécie terceiridade materializada, na qual hábitos, normas e técnicas persistem como condições para novas instanciações.

Alguns termos relacionados à questão temporal são bastante mencionados por Santos (2014 [1996]), principalmente quando o autor resgata as contribuições dos filósofos sobre o assunto que, cada um a seu modo, buscaram apreender a relação entre acontecimento, tempo e espaço. Para Henri Lefebvre, por exemplo, o momento designa a tentativa de realização plena de uma possibilidade: trata-se de uma situação em que uma virtualidade se instancia e pode ser vivida. Já em Arthur Eddington, o evento assume um caráter mais formal, sendo definido como um instante do tempo em um ponto do espaço, isto é, um ponto-evento no espaço-tempo. Nessa perspectiva, a diferenciação dos fenômenos deriva da combinação entre uma ordem temporal e uma ordem espacial.

Outros autores citados por Santos (2014 [1996]) enfatizam o papel do evento na própria constituição do tempo. Para Ernst Bloch, o tempo só existe porque algo acontece; onde ocorre um acontecimento, ali se manifesta o tempo. Ideia semelhante aparece em Alfred North Whitehead, para quem os eventos são elementos de atualidade, isto é, ocorrências que se realizam plenamente no presente e que, ao se efetuarem, consomem suas próprias possibilidades. Essa característica explica por que os eventos "passam": sua existência coincide com o instante de sua atualização.

Por fim, vários autores resgatados por M. Santos ressaltam a singularidade irrepetível dos eventos. Bertrand Russell observa que o traço fundamental de um evento é poder ser localizado com precisão nas coordenadas de tempo e espaço, o que lhe confere individualidade. Cada ocorrência é única, pois as circunstâncias nunca se repetem exatamente da mesma forma, como lembram historiadores e filósofos da cultura. Nesse sentido, o evento aparece simultaneamente como ponto de atualização das possibilidades, unidade espaço-temporal concreta e ocorrência singular - aspectos que ajudam a compreender por que, na leitura miltoniana, o evento se realiza sempre em um lugar específico e carrega consigo as marcas dessa singularização.

Do ponto de vista semiótico, algumas questões mencionadas anteriormente se impõem: se "os eventos são, todos, Presente" (Santos (2014 [1996], p. 145), então que tipo de presente é este que permite aos eventos já consumados e que se configura como "matriz do tempo e do espaço" (*ibidem*, p. 145) a capacidade de mudar "[...] as coisas, transformar os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características" (*ibidem*, p. 146)? Como a Semiótica pode caracterizar esta espécie de 'presença do evento passado' em um 'evento presente', que terá uma certa presença em sua ausência nos eventos futuros?

Em 1892, Peirce publicou algumas pistas que servem para responder tais questionamentos. Em seu artigo intitulado *The law of Mind* ("A lei da Mente", em tradução livre), o autor expõe o princípio de sua arquitetura filosófica denominado *sinequismo*, isto é, *continuidade*. Nessa perspectiva, a única lei propriamente dita da mente consiste no fato de que as ideias tendem a difundir-se, influenciando outras ideias; contudo, à medida que se expandem, elas diminuem em intensidade ao mesmo tempo que aumentam em grau de generalidade (CP 6.104). Segundo o autor:

> Como uma ideia passada pode estar presente? Não vicariamente. Então, somente por percepção direta. Em outras palavras, para estar presente, deve estar ipso facto presente. Ou seja, não pode ser totalmente passada; ela só pode estar indo, infinitesimalmente passada, menos passada do que qualquer data passada atribuível. Somos assim levados à conclusão de que o presente está conectado com o passado por uma série de passos reais infinitesimais (CP 6.109, 1892, tradução livre[6]).

No contexto da Teoria Social Crítica de Milton Santos, a ocorrência singular de uma ideia na consciência é análoga ao acontecimento de um evento singular no lugar: em ambos os casos, trata-se de uma atualização concreta de possibilidades que se realiza em um presente determinado, mas que não se esgota nesse instante de realização. Assim como um evento, ao ocorrer em um lugar, passa a interagir com o conjunto de objetos, normas e práticas que compõem o espaço geográfico, também uma

[6] How can a past idea be present? Not vicariously. Then, only by direct perception. In other words, to be present, it must be *ipso facto* present. That is, it cannot be wholly past; it can only be going, infinitesimally past, less past than any assignable past date. We are thus brought to the conclusion that the present is connected with the past by a series of real infinitesimal steps.

ideia, ao emergir na consciência, passa a integrar a corrente de outras ideias, influenciando e sendo influenciada por elas. O evento e a ideia compartilham, portanto, uma característica fundamental: ambos são singulares em sua ocorrência, mas sua eficácia não se limita ao instante de sua atualização, pois ocorrem sob envolvimento de uma terceiridade sedimentada que, ao mesmo tempo, a possibilita e a limita.

É nesse ponto que a noção de continuidade proposta por Charles Sanders Peirce oferece uma chave interpretativa fecunda. Em *The Law of Mind*, Peirce argumenta que o presente não está separado do passado por uma ruptura total, mas ligado a ele por uma série de transições infinitesimais. Isso significa que aquilo que chamamos de "passado" não desaparece completamente: ele continua presente de forma atenuada, mediada por seus efeitos e pelas relações que estabelece com novos estados da mente e do espaço geográfico. O término de uma ideia ou de um evento não corresponde a um limite abrupto e finito, mas a um esmaecimento progressivo dentro de um *continuum* de transformações.

Transposta para a reflexão geográfica, essa concepção permite compreender que o evento também não possui um fim absoluto. Embora sua ocorrência possa ser situada em um determinado instante do tempo e em um determinado lugar, seus efeitos continuam a propagar-se por meio das relações materiais e sociais que ele desencadeia a partir dos signos, ou seja, de sua inércia ativa ou dinâmica. O evento "passa", mas não desaparece: ele permanece inscrito nas formas espaciais, nas práticas sociais e nas interpretações que dele são feitas. Tal como a ideia peirciana que se torna "infinitesimalmente passada", o evento geográfico se torna progressivamente passado sem ser totalmente desligado do presente.

Desse modo, a recuperação de um evento por uma mente - seja na memória individual, coletiva ou na mente espacializada e parcialmente amortecida do território usado ou do lugar agenciado - não constitui uma simples evocação de algo definitivamente extinto. Trata-se antes da atualização de um processo que continua presente de maneira mediada. O que a mente apreende não é o evento enquanto presente *hic et nunc*, mas os traços que ele deixou no tecido de relações que compõem o mundo. Esta continuidade pensada por Peirce opera por meio de dois princípios: o da contiguidade e o da semelhança (CP 6.105, 1892).

A contiguidade corresponde às relações de proximidade material e histórica entre objetos, ações e lugares. Quando um evento ocorre (como a instalação de uma infraestrutura, a criação de uma política pública ou a abertura de uma nova frente econômica) ele desencadeia reações nos elementos que lhe são contíguos no espaço e no tempo. Um exemplo simples: a construção de uma rodovia altera fluxos de circulação, redefine o valor da terra, estimula a instalação de atividades econômicas e modifica práticas cotidianas do seu entorno. Cada uma dessas transformações pode ser compreendida como um novo evento que se conecta ao anterior por uma relação de continuidade espacial e temporal. Para Peirce, o ponto no tempo é denominado *instante*, ao passo que o intervalo infinitesimal entre dois instantes caracteriza o *momento* (CP 6.111). É por esta razão que Milton Santos afirma que "o evento é sempre presente, mas o presente não é obrigatoriamente o instantâneo" (Santos, 2014 [1996], p. 148), pois o evento inicial não se encerra no instante de sua realização: ele se prolonga pelos momentos através dos *interpretantes* que são agenciados como *objetos* na semiose do espaço.

A continuidade por semelhança, no uso do território, manifesta-se quando práticas, técnicas ou formas espaciais se difundem e se transformam gradualmente em territórios de qualidades semelhantes. Para abandonarmos uma perspectiva antropocêntrica, a continuidade por semelhança não deve ser entendida como um simples julgamento comparativo realizado por um sujeito, mas como uma propriedade do próprio processo pelo qual qualidades se distribuem e se transformam. Não se trata apenas de uma percepção humana, mas de uma propriedade objetiva dos processos espaciais que operam por variação contínua. No meio técnico-científico-informacional, os sistemas técnicos ampliam enormemente a capacidade de certos eventos de difundir qualidades pelo território. Com isso, processos de contiguidade mediada pelas redes passam a produzir configurações espaciais semelhantes em lugares distantes, tornando empiricamente menos nítida a distinção entre contiguidade e semelhança, ainda que essa distinção permaneça válida no plano lógico.

Neste ponto, fica evidente como um evento desencadeado em um instante se estende de forma mediada através dos momentos. A questão que se impõe, e que é a motivação original desta investigação, é elucidar como os eventos permitem aos geógrafos e geógrafas analisarem o espaço geográfico sob um ponto de vista semiótico. A hipótese é que este agenciamento pode ser compreendido ao considerarmos o evento como uma proposição do espaço.

5 O evento como proposição espacial

A palavra proposição é um vocábulo técnico que designa uma classe de signo, isto é, um tipo particular de representação que necessita que seus representamens, objetos e interpretantes cumpram certos requisitos, cuja posição lógica na trama de signos peircianos encontra-se na posição 3.3.2 da **Figura 5**. Historicamente, a forma lógica da proposição é costumeiramente reduzida à ideia de declaração que envolve a relação entre um sujeito e um predicado lógicos, bem como um verbo que os conecta. Peirce propõe uma ampliação do significado desses três termos, por meio da seguinte definição:

> Um Símbolo Dicente, ou Proposição ordinária, é um signo ligado a seu objeto através de uma associação de ideias gerais e que atua como um Símbolo Remático, exceto pelo fato de que seu pretendido interpretante representa o Símbolo Dicente como, sendo, com respeito ao que ele significa, realmente afetado por seu Objeto, de tal modo que a existência ou lei que ele traz à mente deve ser realmente ligada com o Objeto indicado (CP 2.262, tradução livre[7]).

Embora não seja extensa, esta complexa citação de Peirce é permeada de várias camadas e nuances. A primeira, sem dúvida, é que o autor confere uma definição bastante técnica e geometricamente articulada com a lógica de instanciação e envolvimento das classes de signos, o que pode causar um certo espanto para seus leitores pouco familiarizados com os jargões da Semiótica. Passada esta impressão inicial, esta definição permite visualizar o evento em uma forma lógica não restrita à ideia de proposição como uma declaração emitida por um indivíduo humano, mas como um estado de coisas que funciona como asserção, independente de um sujeito que o enuncie verbalmente (Pires e Silveira, 2017).

Afirmar que a proposição é um signo ligado ao seu objeto por meio de uma associação de ideias gerais significa dizer que ela pertence à classe dos *símbolos*, isto é, de signos cuja relação com o objeto é mediada por hábitos, convenções ou leis, o que, para Milton Santos, poderia ser extrapolado para a concepção de *solidariedade* dos lugares. Diferentemente de um índice, que aponta diretamente para algo existente, ou de um ícone, que se relaciona com seu objeto por semelhança, o símbolo depende de um sistema de regras de agenciamento para operar (Santaella, 1995).

Tais 'regras' não dizem respeito apenas às ações ou interpretações psicológicas individuais, mas também às expectativas das *funções* introjetadas nos objetos técnicos ou mesmo na teleologia da ação humana, que emergem sob uma *estrutura* social e que são reveladas pelas *formas* espaciais (Santos, 2014 [1985]). Em outras palavras, os hábitos que fundamentam o funcionamento do símbolo estão impregnados na solidariedade dos lugares, nos objetos técnicos, nas normas e demais relações que configuram o que muitos autores denominam por *situação geográfica* (Silveira, 1999; Cataia e Ribeiro, 2015). Assim, a mediação do símbolo não se limita ao domínio das consciências individuais, mas encontra no próprio lugar um suporte de estabilização e de reprodução dessas regras de agenciamento.

Ao se afirmar que os lugares funcionam como suporte de estabilização e de reprodução dessas regras de agenciamento, não se pretende atribuir a eles um atributo psicologizante, mas indicar que eles participam das condições nas quais certos interpretantes se tornam possíveis e recorrentes. Sob o ponto de vista da Semiótica, essas funções são análogas às relações de instanciação e envolvimento entre as classes de signos; sob o ponto de vista da Geografia, estão sob a luz do conceito de

[7] A Dicent Symbol, or ordinary Proposition, is a sign connected with its object by an association of general ideas, and acting like a Rhematic Symbol, except that its intended interpretant represents the Dicent Symbol as being, in respect to what it signifies, really affected by its Object, so that the existence or law which it calls to mind must be actually connected with the indicated Object.

situação geográfica. A estabilização refere-se às condições pelas quais estruturas semióticas mais gerais, como as que organizam a proposição, podem instanciar-se em ocorrências concretas, isto é, em eventos, nas quais certos estados de coisas se realizam. Já a reprodução diz respeito ao fato de que esses eventos mantêm em operação as relações de envolvimento entre diferentes classes de signos - ícones, índices e símbolos - que se articulam na produção de sentido.

A partir dessas considerações, torna-se possível avançar um passo na interpretação do evento. Se, por um lado, ele manifesta a dimensão factual do espaço, isto é, o instante em que algo efetivamente ocorre, por outro não pode ser reduzido apenas a essa dimensão existencial. A ocorrência de um evento não se apresenta à análise geográfica como um fato bruto e isolado, mas como uma configuração relacional que torna inteligível um determinado estado de coisas no espaço, afinal, como lembra Santos (2007 [1982], p. 15) "sem relações não há fatos". Nesse sentido, embora o evento envolva a secundidade própria da existência e da ocorrência, sua inteligibilidade implica também uma dimensão de terceiridade, na medida em que a relação entre os elementos que o compõem se apresenta segundo uma forma mediada e inteligível. Como bem lembra Silveira (1999, p. 22), a situação geográfica "supõe uma localização material e relacional (sítio e situação), mas vai além porque nos conduz à pergunta pela coisa que inclui o momento da sua construção e seu movimento histórico".

É nesse ponto que a analogia com a proposição adquire relevância analítica: a proposição não é simplesmente um conjunto de termos, mas uma *estrutura semiótica capaz de apresentar um estado de coisas como efetivo*. Ela articula diferentes elementos de modo a estabelecer uma relação inteligível entre um objeto e aquilo que dele se instancia. Assim, o evento pode ser interpretado segundo uma estrutura proposicional, na medida em que também apresenta uma relação entre elementos que se realizam conjuntamente em uma situação geográfica concreta, conforme ilustrado na **Figura 6**.

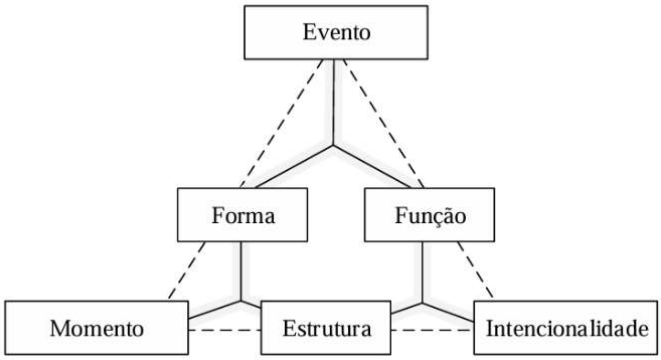


Figura 6. Representação gráfica da estrutura proposicional do evento. Fonte: Garbin (2020, p. 121).

Um evento é resultante de um conjunto de processos que articulam formas e funções sustentadas por uma estrutura. Pode-se reconhecer que o evento é um registro no espaço geográfico cujas relações que o subsidiam devem ser descobertas pelo pesquisador: o evento aponta para seus processos geradores, os quais são parte dos índices analisados pelo geógrafo na construção de conhecimento. Um evento que não fosse subsidiado por estas relações não poderia ser objeto de análise do geógrafo. O significado do evento é descoberto e não inventado pelo pesquisador, o que evidencia seu aspecto de secundidade: não uma secundidade cega, mas com as marcas de sua instanciação da terceiridade.

À luz da semiótica peirciana, a distinção entre sujeito e predicado em uma proposição pode ser compreendida a partir de suas funções lógicas: enquanto o sujeito exerce um papel indicial, apontando para um existente, o predicado exprime uma qualidade ou generalidade que não pode, por si só, indicar um particular (Pires e Silveira, 2017). Nesse sentido, a categoria miltoniana de forma assume a posição lógica de sujeito na proposição gerada pelo evento, uma vez que se apresenta como elemento materialmente localizado, capaz de indicar e delimitar algo no espaço. Já a função ocupa o papel de predicado, pois

corresponde a um conjunto de possibilidades de uso ou de operações que se atribuem à forma, sem, contudo, possuir existência independente ou capacidade de referência sem estar mediada por ela.

Assim, o evento pode ser compreendido como o momento em que uma forma é atualizada como suporte de uma função, isto é, quando uma estrutura material passa a operar segundo determinadas finalidades no lugar. Não é apenas o fato de a forma apontar para uma função que a define como sujeito lógico, mas o fato de que, na proposição instaurada pelo evento, ela constitui o termo ao qual uma função é atribuída. Além disso, essa atribuição não é arbitrária: depende da situação geográfica, isto é, das condições concretas de realização do evento, que selecionam, dentre as possibilidades disponíveis no lugar, quais formas podem assumir o papel de suporte para determinadas funções.

A intencionalidade adiciona ao evento direção e propósito em sua realização. O momento, por sua vez, confere historicidade às formas e funções: o elo que imbrica a historicidade da forma e a intencionalidade da função formando a hibridicidade do evento é papel da categoria estrutura, reconhecida por Milton Santos como a história da sociedade no espaço, a totalidade social que cria, recria e refuncionaliza as formas espaciais, inserindo nestas as frações do social. Embora a estrutura seja um elemento sempre presente como fundamento para a realização dos eventos, ela apresenta ao longo do tempo mudanças em suas características e intencionalidades porque a sociedade é dinâmica.

Sendo assim, a categoria estrutura deve ser situada em um determinado contexto histórico. A categoria processo é outro nome destinado para a ideia do tempo que passa (Santos, 2012 [1978], p. 189), que ganha significado a partir dos eventos que o marcam. Sob essa perspectiva, o evento pode ser compreendido como uma configuração em que diferentes elementos do espaço se articulam de modo a produzir um estado de coisas determinado. O acontecimento não consiste apenas na presença de objetos ou na ocorrência de ações isoladas, mas na relação efetiva que se estabelece entre esses elementos em um determinado lugar e momento. Essa relação é precisamente aquilo que permite que o evento seja apreendido como uma unidade inteligível da análise geográfica.

A analogia com a proposição torna visível, portanto, que o evento não se esgota na materialidade do fato ocorrido. Ao atualizar determinadas relações entre formas espaciais, funções sociais, estruturas e processos históricos, ele apresenta uma configuração que pode ser interpretada como portadora de sentido. O evento aparece, assim, como a instância em que essas diferentes dimensões da totalidade espacial se articulam concretamente, permitindo que um determinado estado de coisas se torne observável e interpretável no espaço geográfico.

6 Conclusões

Este artigo buscou examinar a articulação entre as categorias forma, função, estrutura e processo a partir de uma aproximação com a semiótica de Charles Sanders Peirce, tomando como hipótese que o evento pode ser interpretado como uma proposição espacial. O problema central consistiu em explorar a coerência lógica que sustenta a relação entre essas categorias, evidenciando de que modo elas permitem tornar inteligível a atualização concreta de processos sociais no espaço geográfico.

A análise indicou que a noção peirciana de proposição oferece um referencial conceitual capaz de explicitar a forma lógica do evento. Nessa perspectiva, o evento não se reduz ao plano da ocorrência factual, mas constitui uma unidade inteligível em que diferentes dimensões da realidade espacial se articulam. As formas tornam visíveis certas funções possíveis no espaço, enquanto estrutura e processo fornecem as condições históricas e dinâmicas que permitem sua realização no território. O evento corresponde, assim, ao momento em que essas determinações se atualizam em uma configuração observável.

Essa interpretação permite reconhecer que a inteligibilidade do evento não se esgota na secundidade de sua existência empírica. Embora todo evento envolva um encontro factual entre elementos do real, sua compreensão implica também uma dimensão de terceiridade, responsável por organizar essas relações em uma estrutura significativa. A analogia com a

proposição contribui, nesse sentido, para compreender o evento como uma configuração semiótica em que diferentes aspectos da totalidade espacial se combinam de modo articulado.

Nesse quadro, a aproximação entre Milton Santos e Charles Sanders Peirce permite ainda considerar a dinâmica de propagação dos eventos no espaço. Se aceitarmos a analogia entre ideia e evento, torna-se possível aproximar o princípio peirciano segundo o qual as ideias tendem a difundir-se e afetar outras ideias das formas pelas quais os eventos produzem efeitos no território. Assim como uma ideia não permanece confinada ao instante de sua ocorrência, mas se prolonga por relações de contiguidade e semelhança, os eventos geográficos também desencadeiam desdobramentos que se estendem no espaço e no tempo, articulando novos arranjos entre formas, funções, estruturas e processos.

Como contribuição ao debate geográfico, o estudo procurou oferecer uma formalização conceitual para a articulação das categorias miltonianas, ampliando o diálogo entre a Geografia e a Semiótica. Ao evidenciar a dimensão proposicional do evento e sua continuidade no espaço, sugere-se um caminho para compreender de maneira mais sistemática como o espaço geográfico se torna inteligível na análise científica.

Contribuições dos autores (CRediT): Todas as etapas foram elaboradas, desenvolvidas, revisadas pelo único autor do artigo, Estevão Pastori Garbin. O autor, portanto, elaborou a metodologia, a análise, a coleta e a produção de dados, a escrita (primeira versão) e a revisão e edição. A versão final, portanto, foi elaborada e corrigida pelo único autor do artigo.

Disponibilidade de dados: Este artigo não utiliza conjuntos de dados externos passíveis de disponibilização pública.

Financiamento: Esta pesquisa não recebeu financiamento externo.

Agradecimentos: o autor agradece as sugestões de melhoria do texto recebidas dos avaliadores.

Uso de inteligência artificial: O autor declara não ter utilizado ferramentas de inteligência artificial de modo relevante na elaboração do manuscrito ou na realização da pesquisa.

Conflito de interesse: O autor declara não haver conflito de interesse.

Referências

CATAIA, M. A.; RIBEIRO, L. H. L.. Análise de situações geográficas: notas sobre metodologia de Pesquisa em Geografia. Revista da Anpege, v. 11, n. 15, p. 9-30, 2015.

CORRÊA DA SILVA, A. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: REYNAUD, A. et al.. (Ed.). O espaço interdisciplinar. São Paulo: Nobel, 1986. p. 25-37.

GARBIN, E. P. Ensaio epistemológico sobre o método geográfico a partir da Semiótica peirciana. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação Geografia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

GARBIN, E. P.; SANTIL, F. L. P.. Forma, função, estrutura e processo: as categorias miltonianas sob a perspectiva da Lógica Formal. Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, v. 12, n. 1, p. 131-154, 2020.

MERRELL, F. A Semiótica de Charles S. Peirce Hoje. Ijuí: Editora Unijui, 2012.

MORAES, A. C. R. de. Território na Geografia de Milton Santos. São Paulo: Annablume, 2013.

PEIRCE, C. S. Escritos coligidos. In: Os Pensadores: Peirce e Frege. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PEIRCE, C. S. Semiótica. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

PEIRCE, C. S. The Essential Peirce. 2 v. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

PEIRCE, C. S. Collected Papers. 8 v. Eds.: Hartshorne and Weiss (v. 1-6); Burks (v. 7-8). Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1931-1958.

PIRES, J. DE B.; SILVEIRA, L. F. B. da. Sobre termos, proposições e argumentos. Trans/Form/Ação, v. 40, n. 4, p. 47–66, dez. 2017.

QUEIROZ, J. Semiose segundo C.S. Peirce. São Paulo: Educ e FAPESP, 2004.

SALATIEL, J. R. Peirce e Kant sobre as categorias: Parte I - Dedução metafísica e reviravolta semiótica. Cognitio-Estudos, v. 3, n. 1, p. 79–88, 2006.

SANTAELLA, L. A assinatura das coisas: Peirce e a Literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SANTAELLA, L. Estética: de Platão a Peirce. São Paulo: Experimento, 1994.

SANTAELLA, L. A teoria geral dos signos: semiose e autogeração. São Paulo: Ática, 1995.

SANTAELLA, L. O que é Semiótica. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

SANTAELLA, L. O método anticartesiano de C. S. Peirce. São Paulo: Editora UNESP, 2004b.

SANTAELLA, L. Mente e/ou Consciência em C. S. Peirce. Cognitio, v. 17, n. 1, p. 119–130, 2016.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2014 [primeira edição de 1996].

SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova: da crítica à Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012. [primeira edição de 1978]

SANTOS, M. Espaço e método. 5a. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014 [primeira edição de 1985].

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional. 5a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 [primeira edição de 1994].

SILVEIRA, M. L.. Uma situação geográfica: do método à metodologia. Revista TERRITÓRIO, ano IV, n. 6, jan./jun., 1999, p. 21-28.

VIEIRA, P. L. M. O espaço de Milton Santos à luz da semiótica. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

VIEIRA, P. L. M. Da totalidade à força do lugar: o pensamento de Milton Santos, à luz da Semiótica de Peirce. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

VIEIRA, P. L. M.. Uma escolha de método a partir da semiótica enquanto ciência normativa. In: Jornada do Centro Internacional de Estudos Peirceanos – CIEP e Encontro da Rede Brasileira de Pesquisa em Semiótica peirceana, 18, 2025, Brasília – DF. Signos em expansão... (Caderno de resumos). Brasília: CIEP, 2025. p. 38.

SOBRE A AUTORIA

Estevão Pastori Garbin

É Professor Adjunto A e Coordenador do Colegiado de Geografia na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR, Paranavaí, Brasil). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2020), mestre pela mesma instituição (2016) e graduado em Geografia (2013), com período na Universidade Técnica de Lisboa. Atua nas áreas de Cartografia, Semiótica e análise socioterritorial. Desenvolve pesquisas sobre as formas de semiose do/no espaço geográfico com base no pensamento de C. S. Peirce.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4513-9298
E-mail: estevao.garbin@unespar.edu.br